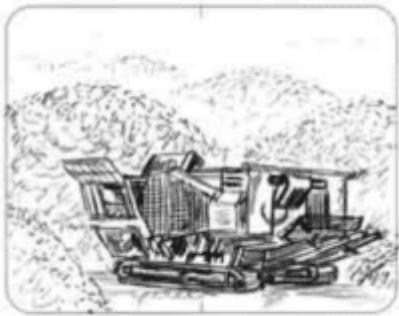


Iris Rezende - De líder estudantil a governador



Por **NASR FAYAD CHAUL***

Prefácio da biografia recém-publicada do político goiano, de autoria de Cileide Alves

Já passava da hora de a história de Goiás receber uma pesquisa que fizesse jus à trajetória política de Iris Rezende Machado. Fruto de sua dissertação de mestrado na UFG, orientada por Noé Freire Sandes, Cileide Alves nos brinda na biografia *Iris Rezende - De líder estudantil a Governador* (Cânone Editorial, 2020), com uma parte longa e vitoriosa da carreira desse importante político goiano, sobrevivente da oscilante gangorra das incertezas políticas.

De 1958 a 1983, período tratado por nossa autora, temos diversas passagens da vida de Iris Rezende. De sua infância na roça até o aprendizado nos meios estudantis, Cileide nos descortina sua ascensão política com minúcias de detalhes, vida familiar, altos e baixos, até se consagrar como o sucessor de Pedro Ludovico Teixeira na estrutura política goiana.

Foram cerca de dezoito encontros entre a autora e seu objeto de estudo, realizados entre o final de 2006 e o início de 2008^[1], em que, podemos notar o gosto de Iris, aos poucos, pela narrativa, pelas lembranças, pela recuperação da memória e pelo natural esquecimento do que não gostaria que fosse lembrado. Halbwachs é peça chave para entender a memória coletiva que pairou sobre a vida política de Iris em momentos importantes de sua história e também para buscar a memória do grupo irista para justificar certas passagens, lembrando-nos que a memória é mutável de acordo com o tempo e o grupo com o qual nos relacionamos.

Assim, Cileide investiga o relato autobiográfico de Iris, destacando a influência que seu grupo teve sobre ele, embora sua característica centralizadora fosse, cada vez mais, se fazendo presente em cada fase de sua vitoriosa carreira. São memórias e narrativas específicas da vida política e familiar de Iris num momento importante em que ele estava, novamente, em plena ascensão política, ou seja, em 2004, eivado de um propósito individual de ser reconhecido pela posteridade.

É uma longa viagem “esculpida a dedo” por Iris, desde o movimento estudantil até sua cassação em 1969, no auge de sua popularidade, e seu retorno vitorioso como governador em 1983, sustentando sua carreira até 1998. Cileide parte de três premissas básicas para explicar a trajetória de Iris Rezende Machado: a construção da imagem do líder carismático ligado ao povo, a política partidária tradicional influenciada por Pedro Ludovico Teixeira e a ideia difundida de bom administrador inspirada no governo de Mauro Borges Teixeira. Ao lado dessas premissas, a leitura do grupo político e seus opositores: conflitos, rompimentos e disputas.

A dura vida na roça nos mostra um Iris ligado ao campo, ao rural, trabalhador braçal, na lida dura do cotidiano, dias iguais a dias, sua vinda para Campinas obtendo, mais tarde, vaga de pedreiro, o que, para ele que trabalhava até 13 horas por dia na fazenda, de segunda a sábado, era algo maravilhoso. Aos poucos se insere no movimento estudantil e começo a demonstrar sua capacidade de exercício político junto à comunidade, iniciado na Igreja Cristã Evangélica, redigindo atas e quebrando regras rígidas de comportamento juvenil como a promoção de bailes e sessões de cinema. Daí para o movimento estudantil foi natural.

Iris começa sua inserção na política numa época em que só era possível vislumbrar dois lados: ou se era adepto de Pedro Ludovico ou seu adversário. Iris inicia sua trajetória como presidente de dois grêmios acadêmicos, no Liceu de Goiânia e na Escola de Comércio de Campinas. O Félix de Bulhões e o Castro Alves, respectivamente, em julho de 1954.

a terra é redonda

O cenário da jovem Goiânia era ainda de pressão sobre o governo de Pedro Ludovico, onde tudo ainda era precário e a capital contava com parcos 80 mil habitantes, o que já era considerado um grande crescimento populacional. Faltava tudo, água, saneamento básico, asfalto, transporte... era no dizer de um ilustre visitante: "Goiânia, cidade linda que nos encanta e seduz. De dia falta água, de noite falta luz!"

No quadro político, Pedro Ludovico, líder do PSD (Partido Social Democrata), lançava José Ludovico de Almeida, o Juca, para seu sucessor no governo em confronto com Galeno Paranhos, deputado por Catalão, ligado à UDN (União Democrática Nacional)/PSP (Partido Social Progressista). Juca sai vitorioso, mas ocorrem questionamentos sobre o pleito, abrindo uma crise no ludoviquismo. Cileide sempre traça um paralelo entre a vida política de Iris e o processo histórico da época, o que nos mostra que, inicialmente, Iris era contrário ao governo de Pedro Ludovico, embora tenha se negado a concorrer, ainda, a cargos, mesmo convidado pela oposição. Para ele, apenas uma explicação divina podia revelar este dom de não aceitar se envolver em cargos em momentos que, depois, se revelariam problemáticos. O poder para ele advém de Deus e do povo, e a prática política é feita por um ideal, uma vocação. Sua preocupação com o social, segundo depoimentos a Cileide Alves, advém de sua fé cristã, dos ensinamentos bíblicos que recebeu da família e da Igreja.

Iris pertence a uma geração que participou do processo de urbanização e modernização do estado com a construção de Goiânia, de um incipiente, mas contínuo, desenvolvimento do capitalismo em Goiás. Seu perfil, desde o início, é de um político que age pelo instinto, talhado na ação, ou como ele mesmo prefere afirmar, por vocação. Iris não se enquadrava nem à esquerda e nem a seu oposto, mantinha-se distante dessa polarização. Filiou-se, inicialmente, no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) de Vargas e foi o vereador mais votado em 1958 com 1.548 votos, por sua "facilidade de falar diretamente ao povo e por sua boa oratória". Na realidade, além de seus requisitos individuais, havia, naquele momento, uma forte vontade de renovação e, como bem observa Cileide, Iris fez uma campanha já visando um futuro como deputado. Como fruto de seu desempenho, foi eleito presidente da Câmara de Goiânia. Era apenas o início...

As administrações de Juca Ludovico e José Feliciano impulsionaram o estado rumo a um maior desenvolvimento econômico, investindo em energia elétrica com Cachoeira Dourada, estradas, 1.458 km de rodovias, entre outros, o que possibilitou maior produtividade e escoamento da produção.

De acordo com Cileide, nesse momento Iris se aproxima do prefeito Jaime Câmara e do líder Pedro Ludovico Teixeira, o que se efetiva pelas mãos habilidosas da primeira-dama, Gercina Borges, com quem Iris passou a pedir votos em Campinas para o candidato de Pedro Ludovico, seu filho Mauro Borges. Em 1961, Iris deixa o PTB e adere ao PSD, o que o aproximava totalmente de Ludovico. O PSD era, então, o partido hegemônico em todo o estado. Estava edificado o quadro para o futuro promissor de Iris Rezende.

Somando a isso, com a ascensão de Mauro Borges ao poder, Goiás amplia sua produção econômica, promove reformas nas estruturas administrativas, o chamado Plano MB, criando empresas públicas, possibilitando o que, historicamente, chamamos "de maior inserção do regional no plano nacional".

É importante destacar que os antecedentes históricos do governo Mauro Borges, como a construção de Goiânia e a Marcha para Oeste, facilitaram a inserção do Plano de Desenvolvimento Econômico, pois Goiás era, até então, fruto de uma economia desordenada e altamente carente de planejamento. Isso leva Mauro Borges a criar secretarias e órgãos autárquicos, causando uma verdadeira revolução administrativa. Esse plano, tão ambicioso quanto eficaz, fazia uma relação íntima entre estado e municípios, numa maratona política, em que nada ocorria fora dessa relação, desnudando a face mais inepta do cartorialismo e da política que travava o funcionamento do aparelho estatal.

Mauro sofreu acirrada oposição, pois os vícios de então estavam sendo superados. Como de costume, ninguém queria abrir mão de suas ilhas de sonhos e de favores encastelados no aparelho público. Mas todas as medidas governamentais que viriam para pôr os trilhos do estado no caminho da modernização seriam antecedidas pela reforma administrativa. Visava-se uma maior organização, maior eficiência, austeridade, racionalização, competência e produtividade. Providências capazes de dar a Goiás as condições básicas de competitividade de mercado. Para tanto teria que se criar ou regulamentar órgãos, dando-lhes um caráter de desenvolvimento socioeconômico.

É este o exemplo que ficou presente no olhar arguto de Iris. Para ele, Mauro era o espelho, o exemplo de uma nova mentalidade política. Sua inserção no ludoviquismo era um preâmbulo para ser o futuro substituto político do líder maior. Iris passava de vereador mais votado e praticamente desconhecido, em 1958, para um político experiente em 1962. Com

a terra é redonda

sua popularidade e a confiança da família Ludovico, uniria boas votações ao prestígio junto ao novo grupo político. O resultado foi que se destaca como o deputado estadual mais votado de 1962. Com as bênçãos de Pedro Ludovico e Mauro Borges, torna-se presidente da Assembleia Legislativa, a qual presidiu de abril de 1964 ao mesmo mês de 1965.

Acompanhou a deposição de Mauro Borges pelos militares e tornou-se, segundo ele mesmo declarou, amigo de Ribas Júnior, sem que isso o levasse a compactuar com os militares. Iris seguia um rumo distinto do PSD. Enquanto os correligionários de Pedro Ludovico adotavam um tom mais monocórdio com os militares, Iris fazia um discurso totalmente oposicionista. Assim, em 1965, quando Otávio Lage elegeu-se governador por uma pequena margem contra Peixoto da Silveira, Iris torna-se prefeito contra Juca Ludovico. Juca havia rompido com Pedro por este não apoiar seu intento de prorrogar por mais dois anos seu mandato de governador.

A prefeitura de Goiânia era tida até então como uma “sepultura de políticos”. Era quase que um simples departamento do governo estadual, sem verbas ou autonomia. A proposta de Iris era a de produzir “ações práticas que proporcionassem bem-estar à população”. Um grande obstáculo se anunciava: o governador Otávio Lage. Entre eles, Goiânia à espera de ações para atender suas necessidades. A proposta de Iris era causar uma verdadeira revolução administrativa com anúncios de “asfaltar uma rua por dia”, criar postos de saúde, moradia para migrantes, urbanização, escolas e praças. Tudo aquilo de que a cidade carecia. Para Iris era a chance de se projetar diante de um PSD esfacelado com as cassações dos militares e a derrota de Peixoto da Silveira para Otávio Lage. Iris, na ótica arguta de nossa autora, vislumbrava o cargo de futuro governador.

A primeira atitude – aumentar o ITU (Imposto Territorial Urbano) e o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) – se tornou um vespeiro. Aproveitou a ascensão da TV e sua ampla comunicação e justificou os aumentos. Contou com a sorte de, no momento, o governo militar desenvolver ações tributárias que davam aos municípios 20% do novo (Imposto sobre Circulação e Mercadorias) ICM, reforçando os caixas municipais.

A menina dos olhos de Iris viria a ser a construção de moradias populares. Nascia a Vila Redenção, na época da Fundação do Hospital do Câncer, idealizado pelo médico alagoano Alberto Augusto de Araújo Jorge. Para acirrar ainda mais os ânimos de Iris com a Arena, o presidente Castello Branco visita a Vila Redenção. Iris, destaca Cileide, atesta que esse tipo de moradia popular foi o que evitou a favelização de Goiânia.

Daí para aquilo que viria a ser a marca maior de Iris, foi um pulo: nascia o mutirão. Na esteira viriam o projeto do Parque Mutirama, a duplicação da Avenida Anhanguera, entre o Dergo e a 24 de outubro, a ligação asfáltica entre o Centro da capital, a Fama e Campinas... Para seus projetos arquitetônicos, se Pedro Ludovico teve os geniais Atílio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy, Iris contou com o talento de Eurico Godoi, autor de diversos projetos modernos da jovem capital.

É importante destacar que o mutirão significa a síntese emblemática do rural e do urbano, já vislumbrado por Mauro Borges e tornado a marca mais significativa de Iris. A mesclagem dessas duas esferas sempre foi uma marca de Goiânia, uma capital extremamente moderna, em *art déco*, cravada no interior campineiro. Essa mistura de campo com cidade, de sertão com litoral, de tradição com modernidade era o espelho do político que se projetava, fruto das mesmas dialéticas do tempo.

Além das ações populares, Iris montou uma afinada equipe de sua extrema confiança e a ideia de governar sempre junto do povo. Estardalhaços nas inaugurações e bom uso da mídia visavam marcar um estilo e angariar votos. A centralização firme para nomear sua equipe também o diferenciou numa época em que isso era tutela partidária.

Cileide Alves reforça dois pontos importantes para entendermos o contexto irista da época. A habilidade política de Iris para convencer Pedro Ludovico a lhe conferir autonomia para escolher sua equipe e a crise gerada pela denúncia feita pelo engenheiro Irapuan Costa Júnior a respeito da Cohab (Companhia de Habitação Popular). Dirigida à época por Nion Albernaz, a denúncia gerou uma imensa crise no governo municipal e um abalo sísmico na amizade de Iris com Nion. Aí está o nexo para se entender a cassação de Iris em 1969 pelos militares, costurado com excelente habilidade por nossa autora.

O “show” que Iris dava na condução dos trabalhos frente à prefeitura, sua crescente popularidade e sua clara demonstração de querer se candidatar a governador nas eleições vindouras, criaram, conforme nos atesta Cileide, as condições básicas para sua cassação em 1969. Somados a tudo isso, o acirramento dos ânimos entre Iris e Otávio

a terra é redonda

adicionava, ao todo, um nó difícil de ser desatado.

Sem querer criar um *spoiler* no presente prefácio, deixamos anunciado que a análise feita pela autora do ofício encaminhado por Otávio Lage sobre Iris ao ministro Gama e Silva, juntamente aos ingredientes já citados, nos levam a uma compreensão síntese dos motivos da cassação de Iris, que deixou, na época, perplexos os meios políticos e uma profunda cicatriz a incomodar por dez anos os eleitores de Goiás.

A cassação veio a uma semana da inauguração do Mutirama. Trouxe, de acordo com Cileide, um choque para toda a cidade. Iris não acreditava que tal pudesse acontecer já que mantinha boa relação com os militares. A cidade se revoltou. Não cabia em seu discernimento um golpe num momento em que seu candidato preferido demonstrava, cada vez mais, competência nos trabalhos realizados, caindo no gosto popular. Não custa lembrar que a capital é uma caixa de ressonância para todo o estado. A popularidade de Iris extrapolava os limites de Goiânia.

Cassado, Iris dedicou-se à advocacia, atuando em tribunais do júri que, segundo ele, era uma forma de continuar perto do povo, de falar ao povo, uma forma de continuar fazendo política. Lotava auditórios. Era visto, ouvido, amado... Construía-se assim o mito, fruto do trabalho sério, ungido pelo povo e com uma enorme carga de revolta diante da injusta cassação. O “herói” se sedimenta e, nos dez anos seguintes, a esperança de seu retorno era a forma de o povo, no momento certo, lavar a alma. Dividendos futuros viriam, não havia dúvida.

A morte de Pedro Ludovico em agosto de 1979, poucos dias antes de Iris ser anistiado, punha fim a quase meio século de atividade política do mais importante líder da vida goiana. Como não existe vácuo de poder na história política, Iris, ainda sem a anistia, era com certeza o sucessor natural, ungido ainda em vida por Pedro Ludovico, que o escolhera candidato ao cargo de governador nas eleições que viriam. Além de considerar Iris como grande administrador, Ludovico via no líder injustiçado uma vítima da ditadura, sentimento que Mauro Borges não conseguiu despertar, ao longo de dez anos, no imaginário popular.

Dez anos depois, Iris simbolizava a junção administrativa de Mauro Borges com a liderança das práticas políticas de Pedro Ludovico. Como pano de fundo, havia o simbolismo da modernização de um estado em pleno processo de afirmação de seu processo agropecuário com nuances de inserção no moderno capitalismo nacional. A modernidade, mais que um anseio, era uma necessidade.

Iris passa a observar então que o processo histórico goiano, dez anos depois, tinha também outro protagonista: Henrique Santillo. Cileide chama a atenção para o fato de que a “cassação de Iris em 1969 afastou-o da política no momento em que Santillo iniciava sua militância”. Com os principais líderes políticos cassados, os irmãos Santillo se estruturaram a partir de Anápolis. Iris encontrava em Henrique Santillo não só uma liderança, mas um político sólido e com mandato de senador. Também como ele um candidato vitorioso em todos os pleitos. Era, portanto, o candidato natural a governador se as mudanças não se efetassem. As águas da redemocratização eram mais turvas do que poderiam parecer para o Goiás de então.

Cileide nos possibilita uma ampla e minuciosa análise do período político que se desenhava para o pleito vislumbrado. As disputas dos grupos, a figura no meio do trampolim político de Mauro Borges, o rompimento de Santillo e seu grupo em sua breve passagem pelo PT (Partido dos Trabalhadores), o retorno ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), a dificuldade de convivência no tumultuado partido, incapaz de abrigar ambições tão distintas quanto legítimas, o passado e o presente, cara-a-cara, o futuro desejado no turbilhão de dois líderes tão aptos e tão distintos. Dois políticos de posições diferenciadas pelo tempo e pelo exercício da militância. Água e óleo que o copo partidário não tinha como abrigar a contento.

Por outro lado, o PDS estava atônito com os rumos do processo político e o PT encontrava-se no nascedouro. O PDS, liderado por Ary Valadão, era o símbolo do apoio incontestável à ditadura militar, composto, em sua maior parte, de egressos da antiga Arena, antiludovico, uma verdadeira Babel política. Nossa autora nos mostra a história do partido, seus adeptos, sua militância e sua ascensão ao longo dos governos militares, dando-nos uma clara ideia de que forças iriam se confrontar nas próximas eleições.

Como a arte da política não cansa de nos surpreender, Cileide nos clareia a ida de Irapuan Costa Júnior para dentro do PMDB, juntamente com Iris, Mauro e Santillo. Seria o caso de adequar a frase: ler para crer! Como se não bastasse a fissura entre Iris e Santillo, o retorno do senador o leva a pleitear o cargo de vice-governador para alguém de sua livre

a terra é redonda

escolha. Mauro Borges já o havia feito em prol de Derval de Paiva. Iris, após uma grande leva de conflitos, bate o martelo em prol da indicação de Santillo, isto é, o empresário Onofre Quinan. Do outro lado, os problemas não eram menores. Otávio Lage entra em confronto com Ary Valadão e se cacifa, juntamente com o governo federal, como líder nas pesquisas. Otávio Lage sai candidato, mas, como bem observa Cileide em relação a ele, se “em 1965 o regime militar fora importante em sua vitória, em 1982 este vínculo era contagioso”.

A disputa entre os dois, Iris e Otávio, em 1982, ganhava contornos bem maiores que uma simples eleição. Era todo um passado mal deglutiido que estava em jogo. Em diversas entrevistas a nossa autora, Iris afirma que sempre via “hábitos espirituais” nos acontecimentos que cercavam sua vida. Para ele, o fato de ter sido cassado e, logo após, os militares terem suspendido as eleições diretas para governador que ele disputaria era um bom sinal do destino, que colocava em seu caminho o político ao qual atribuía parte da responsabilidade da suspensão de seus direitos políticos.

No fundo, reinava um sentimento de justiça a Iris na opinião da maior parte dos analistas. Era uma forma de reparar o que os militares haviam feito. Era uma eleição eivada de simbolismos. Vale a pena inserir as palavras de nossa autora para a síntese do período: “A eleição de 1982 possuía várias simbologias políticas. Marcava o reencontro do eleitor com as urnas para escolher um governador, passados 17 anos desde a vitória de Otávio Lage, o último eleito democraticamente. Era a primeira eleição depois de iniciado o processo de redemocratização por Ernesto Geisel, em 1979. Representou a volta do pluripartidarismo, pois apenas dois partidos, a Arena, pelo governo, e o MDB, pela oposição consentida, foram autorizados a disputar eleições legislativas e municipais a partir de 1965 até aquela data. Quatro partidos políticos se habilitaram a disputar o pleito em Goiás: PDS (ex-Arena), PMDB (ex-MDB) e os novatos PT, de Luiz Inácio Lula da Silva, e PDT, de Leonel Brizola. Também naquele histórico 1982, o Brasil se reencontraria com os políticos banidos pelo regime militar, os exilados autorizados a voltar e os cassados, todos anistiados”^[2].

Para Goiás era uma forma de retomar o caminho da modernização preconizada por Pedro Ludovico nos anos 1930. Era como se a ponte entre o passado dizimado fosse novamente erguida rumo ao futuro desejado. Havia uma nova feição no estado entre a passagem acelerada do rural ao urbano, entre a agropecuária e a agroindustrialização. No processo histórico democrático, o desejo de mudança é irreversível em qualquer sociedade.

Não houve surpresa. Iris vence com uma frente de 494 mil votos. Entre agradecimentos a cidades importantes e a montagem do secretariado, uma reconciliação, já feita na campanha: Iris convida Nion Albernaz para ser o prefeito da capital. Cileide faz uma ampla amostragem das idas e vindas da nomeação do novo secretariado, dando-nos um panorama dos momentos vividos pelo novo governador e de sua determinação em cada escolha. Estava consolidada a nova liderança política no estado e ungido o sucessor de Pedro Ludovico. Iris imprimiu sua marca de gestor, diferentemente de seu ícone político. Centralizava acima do partido, não tinha intermediários.

Sonho realizado, era hora de afirmar de vez, agora com ou sem a bênção divina, sua eficiência administrativa em um estado que ansiava por realizações em todas as áreas e que poderia atestar de vez o progresso e a modernidade, idealizada por Pedro Ludovico, entregue nas mãos de seu sucessor.

Temos, enfim, não só um livro sobre Iris Rezende Machado, mas uma obra sobre um período significativo do processo histórico goiano sob a ótica da política, com a tessitura de quem conhece o tema e nos doa o melhor de sua análise. Revela também as minúcias do processo de transição em Goiás após a ditadura militar. O protagonismo dos governantes analisados surge como retrato na parede do tempo para que o olhar da história entenda a modernidade pensada e a realizada, os recuos do processo e sua dinâmica na ponte entre os séculos.

PS: Dedico este prefácio, com a anuência da autora, a Noé Freire Sandes (1961-2020), que não pôde fazê-lo. Espero ter estado à altura.

***Nasr Fayad Chaul** é professor aposentado da Faculdade de História da UFG. Autor, entre outros livros, de *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*.

Referência

Cileide Alves. *Iris Rezende - De líder estudantil a governador (1958-1983)*. Goiânia, Cânone editorial, 2020.

Notas

[1] Os dezoito encontros nesses dois anos ocorreram durante a pesquisa para o mestrado da autora. A dissertação “Aval do Passado: Iris Rezende – Memória e Política (1958-1982)” foi defendida no programa de Pós-graduação em História da UFG, em 2008, com orientação de Noé Freire Sandes. Para a realização deste livro foram realizadas outras entrevistas com Iris Rezende, posteriores à defesa. (Nota da autora).

[2] ALVES, Cileide. Iris Rezende - De líder estudantil a governador (1958-1983). Goiânia, Cânone Editorial, 2020, p. 365.

A Terra é Redonda